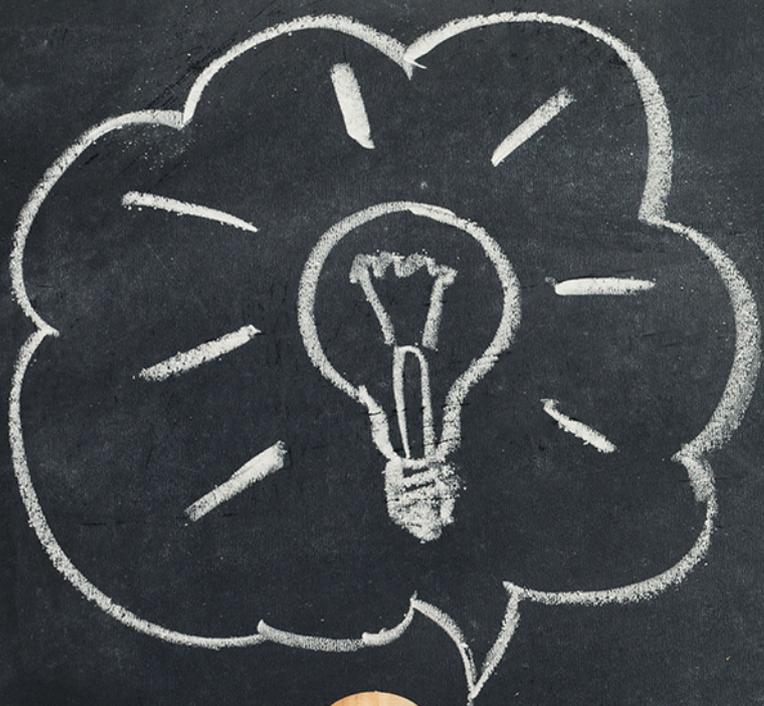


# Qualidade e Políticas Públicas na Educação 2

Marcia Aparecida Alferes  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2018

**Marcia Aparecida Alferes**

(Organizadora)

**Qualidade e Políticas Públicas  
na Educação  
2**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 2 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-97-0

DOI 10.22533/at.ed.970181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## **APRESENTAÇÃO**

O volume 2 da obra “Qualidade e Política Pública na Educação” aborda uma série de capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

**Marcia Aparecida Alferes**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DISPUTAS POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO: QUE FORÇA PREVALECE?	
<i>Sarah Nobrega</i>	
<i>Sandra Regina Bernardes de Oliveira Rosa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
EDUCAÇÃO SOCIAL NO DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO E A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	
<i>Irândi Pereira</i>	
<i>Helena Neves de Almeida</i>	
<i>Claudio Oliveira Fernandes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES DISCENTES SOBRE ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO INTERIOR DO CEARÁ	
<i>Miqueias Miranda Vieira</i>	
<i>Mykaelly Morais Vieira</i>	
<i>Isabelle Marques Barbosa</i>	
<i>Carlos Henrique Lopes Pinheiro</i>	
<i>Francisco Walef Santos Feitosa</i>	
<i>Antonia Everlania Felix Araujo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOLIBERALISMO: INDISTINÇÃO CRESCENTE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO BRASIL	
<i>Juvenildo Soares Nascimento</i>	
<i>Lucas Lourenço Silva</i>	
<i>Maria Esperança Fernandes Carneiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa</i>	
<i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
INDICADORES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DE ESFORÇO DOCENTE	
<i>Danielle Xabregas Pamplona Nogueira</i>	
<i>Jeferson Guedes da Silva</i>	
<i>Girlele Ribeiro de Jesus</i>	
<i>Catarina de Almeida Santos</i>	
<i>Francisco Augusto da Costa Garcia</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819126</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
O CONTEXTO ESCOLAR DO ALUNO TRANSEXUAL	
<i>Mariana Coimbra Ziotti</i>	
<i>Manoel Antônio dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819127</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>81</b>
O CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA DO FUNDEB INTEGRADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, MATO GROSSO	
<i>Eduardo José Freire</i>	
<i>Aparecida Garcia Pacheco Gabriel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>93</b>
O DESAFIO DA IMPLANTAÇÃO DO MODELO IEMA DE EDUCAÇÃO: RESULTADOS PARCIAIS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL, EVASÃO ESCOLAR E REPETÊNCIA	
<i>Levy Lisboa Neto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9701819129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>96</b>
ONDE ANCORAR AS AULAS DE PSICOLOGIA PARA O ENSINO TÉCNICO?	
<i>Sonia Moreira Sarmiento Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>100</b>
OS MARCOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NO CONTEXTO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Andrieli Taís Hahn Rodrigues</i>	
<i>Rúbia Emmel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>111</b>
POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O DISCURSO DAS INSTITUIÇÕES	
<i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>126</b>
POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E INCLUSÃO ACADÊMICA COMO POLÍTICA AFIRMATIVA DE JOVENS DE BAIXA RENDA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	
<i>Raimundo Afonso Cardoso Delgado</i>	
<i>Keila Roberta Cavalheiro Guimarães</i>	
<i>Juliane Andrade de Sousa</i>	
<i>Evely Cristina Lima da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>143</b>
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES DO OBSERVATÓRIO DO PNE NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO RIO GRANDE/BA	
<i>Marilde Queiroz Guedes</i>	
<i>Nilza da Silva Martins</i>	
<i>Emília Karla de Araújo Amaral</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97018191214</b>	

**CAPÍTULO 15..... 154**

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA (1986-1989)

*Alboni Marisa Dedeque Pianovski Vieira*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191215**

**CAPÍTULO 16..... 161**

POLÍTICAS INDUTORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA PROINFÂNCIA

*Víviám Carvalho de Araújo*

*Núbia Schaper Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191216**

**CAPÍTULO 17 ..... 173**

POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ARTICULADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (2000-2015)

*Juliane Kelly de Figueiredo Freitas*

*Josanilda Mafra Rocha*

*Lenina Lopes Soares Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191217**

**CAPÍTULO 18..... 184**

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO

*Tatiana Das Mercês*

*Michele Pazolini*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191218**

**CAPÍTULO 19 ..... 198**

POLÍTICAS SURDAS: ANÁLISE DOCUMENTAL E REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO DOS SURDOS

*Cristina Almeida da Silva*

*Márcia Häfele Islabão Franco*

*Fábio Yoshimitsu Okuyama*

*Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191219**

**CAPÍTULO 20 ..... 208**

PROJETOS E PROGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO DA INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DE 1980 A 2010

*Eleuzzy Moni do Carmo Jesus*

*Rosemara Perpetua Lopes*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191220**

**CAPÍTULO 21..... 218**

QUAL O PADRÃO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO, À LUZ DOS FINS E OBJETIVOS DA ESCOLA E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA?

*Mario Ruela Filho*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191221**

**CAPÍTULO 22 ..... 234**

QUALIDADE DO ENSINO: UMA LEITURA A PARTIR DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PDE ESCOLA

*Zenilda Maria de Sousa Paniago*

*Maria Cecília Lorea Leite*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191222**

**CAPÍTULO 23 ..... 243**

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DOS COLEGIADOS DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS EM MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA (BRASIL)

*Liane Vizzotto*

*Berenice Corsetti*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191223**

**CAPÍTULO 24 ..... 251**

TEMAS TRANSVERSAIS, INTERDISCIPLINARIDADE E INCLUSÃO DO SUJEITO QUEER NO CURRÍCULO ESCOLAR

*José Ariosvaldo Alixandrino*

*Luciane Silva de Souza Carneiro*

**DOI 10.22533/at.ed.97018191224**

**SOBRE A ORGANIZADORA ..... 260**

## QUALIDADE DO ENSINO: UMA LEITURA A PARTIR DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PDE ESCOLA

### Zenilda Maria de Sousa Paniago

Professorada Rede Municipal de Jataí/GO. Possui graduação em Pedagogia (UFG/Campus Jataí), Mestrado em Educação PPGE/UFPel, Pelotas/RS

### Maria Cecília Lorea Leite

Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Possui graduação em Direito e Licenciatura Plena em Letras, Mestrado e Doutorado em Educação. Realizou Pós-Doutorado na Université.

**RESUMO:** O presente trabalho expressa parte dos resultados de uma pesquisa sobre o Plano de Desenvolvimento da Escola, a qual enfoca as ações estratégicas para melhoria da qualidade do ensino, com o objetivo de analisar possíveis impactos desta política em duas unidades escolares da rede municipal de Jataí/Goiás, no que se refere às práticas pedagógicas e desempenho dos estudantes. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com características do tipo descritivo-analítica. Apresenta-se como fontes para coleta de dados: revisão bibliográfica, análise documental, questionário, entrevistas semiestruturadas. Os resultados demonstraram que as ações desenvolvidas a partir do PDE Escola possibilitaram a melhoria da organização

do trabalho escolar. A análise dos dados desta investigação não permite afirmar que o desempenho dos estudantes tenha melhorado a partir das ações desenvolvidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** políticas educacionais; qualidade do ensino; PDE Escola.

**ABSTRACT:** The following paper expresses part of research results on the School Development Plan, which emphasizes on actions aimed at improving the quality of teaching regarding pedagogical practices and student performance from the city of Jataí/GO. This is a qualitative research along with descriptive-analytical characteristics. It is introduced as sources for data acquisition: bibliographic review, documentary analysis, questionnaire, semi-structured interviews. The results are demonstrated as the existing actions in School Development plan allows the improvement of the school work organization. Data analysis from this investigation does not allow to state the students performance have been improved from the developed actions.

**KEYWORDS:** educational policies; quality of teaching; School Development Plan.

### 1 | INTRODUÇÃO

Diversas mudanças sucederam-se no

contexto educacional, na década de 1990, impulsionadas por organismos internacionais. O marco histórico principal ocorreu com a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia (1990), seguida da Conferência de Cúpula de Nova Delhi (1993) e, posteriormente, da Cúpula Mundial de Educação Para Todos, em Dakar (2000). Com o advento dessas conferências, nove países assumiram compromissos de satisfazer às necessidades básicas de aprendizagem, à universalização do acesso à educação e à promoção da equidade.

No contexto brasileiro, os documentos gerados por essas conferências servem de referência às políticas educacionais, consubstanciadas, entre outros, no Plano Decenal Educação para Todos (1993-2003), no Plano Nacional de Educação (2001-2010), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e em outras diretrizes para a educação do Governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), bem como, em sequência, no Plano de Desenvolvimento da Educação e em outros instrumentos legais e organizativos do governo Lula que continuam na pauta da atual gestão (LIBÂNEO, 2013).

Cabe lembrar, que as orientações internacionais são assumidas, no Brasil, pelo Movimento Todos pela Educação, que visa mobilizar a parceria público/privado e organizações sociais do chamado *terceiro setor* para atuar junto ao Estado no provimento das políticas públicas. Neste cenário, é exaltado o lema do compromisso “Todos pela Educação”. A questão central de sua estratégia é a “[...] corresponsabilidade e a busca pela eficiência, eficácia e efetividade”. (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2011, p. 234).

No contexto de reformas desencadeadas, a partir da década de 1990, surge o PDE Escola, parte das políticas governamentais que, sob a ótica do MEC (Ministério da Educação), trará fortalecimento, autonomia e melhoria na qualidade de ensino. O manual explicativo de como elaborar o Plano, pontua que sem uma escola de qualidade não pode haver ensino de qualidade, e que se entende por escola de qualidade aquela que traduz em bom desempenho dos alunos.

O Programa foi estabelecido em 1998, no âmbito de um programa mais amplo, o Fundo de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA, objeto de acordo de financiamento firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, destinado às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com baixo índice de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Posteriormente, seu campo de atuação foi ampliado para escolas que estivessem com o Ideb abaixo da projeção nacional. O Ideb foi constituído para ser o referencial de escolas com qualidade de ensino, assim, nas novas políticas educacionais, ter bom Ideb é, essencialmente, ter boa qualidade de ensino.

O manual prescritivo do PDE Escola orienta para o uso do planejamento estratégico e de mecanismos de monitoramento dos resultados, aproximando-se do modelo de gestão empresarial.

Modelos de gestão empresarial, no setor educacional, têm sido alvos de críticas por se tratarem de modelos que centralizam as responsabilidades pelo sucesso ou

insucesso escolar na equipe gestora, sem contextualizar as particularidades de cada instituição escolar (BALL, 2002; 2005; 2011; HYPOLITO, 2008; 2010; HYPOLITO; VIEIRA e LEITE, 2012).

Nesta percepção de organização, destacam-se, entre outros fatores, a hipervalorização dos resultados da avaliação. Hypolito (2010) afirma que o Estado, ao produzir princípios para introduzir os sistemas de avaliação da educação e do desempenho docente, potencializa seu poder de regulação.

O termo regulação tem sido utilizado no setor educacional em uma situação de exigência por resultados dentro de um complexo contexto de responsabilização social pelas práticas pedagógicas educativas.

Assim, não é difícil observar que nas novas políticas educacionais os números valem mais e retratam a qualidade do ensino, uma vez que há uma hegemonia do discurso vinculado ao contexto educacional de que a escola só terá qualidade se estiver bem no *ranking*. Verifica-se, corolariamente, que há, nos princípios que conferem a qualidade da educação, dois elementos básicos, o desempenho em testes padronizados e as informações referentes à evasão/repetência/aprovação.

Portanto, pretende-se, com esta pesquisa, contribuir para o debate sobre a análise de Programas Educacionais Brasileiros da Educação Básica, seus processos de elaboração/consolidação e possíveis impactos.

## 2 | OBJETIVOS

A pesquisa desenvolvida objetivou investigar a realidade vivenciada por duas escolas da rede municipal de ensino de Jataí-GO, no que toca à implantação e consolidação do PDE Escola, segundo a visão de gestores e professores. Procurou-se identificar os focos principais das ações propostas, bem como os possíveis impactos no que se refere às práticas pedagógicas e ao desempenho dos estudantes.

## 3 | METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com características do tipo descritivo-analítica. Apresenta-se como fontes para coleta de dados: revisão bibliográfica, análise documental, questionário, entrevistas semiestruturadas com diretores, coordenadores e professores responsáveis pela elaboração e materialização das ações voltadas ao ensino e aprendizagem do PDE Escola.

Utilizou-se a ferramenta metodológica da abordagem do ciclo de políticas públicas formulada por Stephen Ball (Bowe; Gold, 1992; Ball, 1994) as quais examinam a política como constituída por contextos interdependentes. A utilização deste referencial analítico possibilita ao pesquisador a compreensão dos contextos do processo de

composição de uma política “[...] desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos” (MAINARDES, 2006, p.48).

O estudo empírico permitiu alcançar a realidade local, conferindo voz a diretores, coordenadores e professores (09 entrevistados) no sentido de obter suas interpretações sobre a atual política de melhoria da qualidade de ensino, ou seja, qual tipo de resposta foi sendo alcançada a partir do estabelecimento dessa ação da política.

#### 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Plano de Desenvolvimento da Escola influenciou diretamente na organização e no cotidiano das escolas das unidades, objeto de estudo do presente texto. No caso das escolas abordadas neste trabalho, estas incorporaram, em seu PPP, dados referentes aos estudos para elaboração do PDE, demonstrando, assim, a incorporação consciente e explícita de tal plano na organização escolar.

A escola “A”, quando apresenta suas limitações, acaba por citar questões como: problemas de indisciplina; falta de interesse dos alunos; dificuldades na leitura, escrita e produção de textos; alunos que não fazem trabalho e atividades de casa; ausência de pais na escola e distorção idade/série.

Em relação à Escola “B”, esta apresenta, também em seu PPP, as fragilidades encontradas no ambiente escolar relacionadas a questões pedagógicas, a relações entre pais/alunos/professores e ao alto índice de distorção idade-série. Há ainda um elevado índice de alunos com necessidades especiais na escola; salas de aula superlotadas e falta de autonomia para decidir sobre horários escolares.

Dessas questões, a que mais esteve nítida nas falas das entrevistadas das duas escolas refere-se às dificuldades de aprendizagem que geram a repetência e, portanto, a distorção idade/série.

A questão da aprendizagem foi abordada como central, não se levando em conta os trabalhos desenvolvidos com os estudantes no dia-a-dia escolar, mas sim, como um reflexo da baixa nota do Ideb, ou seja, a aprendizagem foi posta como fator importante partindo-se de um instrumento de avaliação externa e não se considerando todo o contexto e o conhecimento dos docentes da instituição.

A partir de tal, observando os objetivos do PDE Escola, o principal foco dos docentes diante da constatação de algumas lacunas na aprendizagem, o que poderia ser o desenvolvimento de um processo pedagógico buscando repensar o fazer, acaba sendo deslocado, levando-se em conta as pressões governamentais refletidas nas escolas a partir de instrumentos de avaliação, que tem foco na melhora quantitativa no que diz respeito a um melhor desempenho dos estudantes no processo de avaliação externa e padronizada.

Assim, percebe-se que tais planos acabam por influenciar diretamente na prática

pedagógica do professor, o qual, por estar inserido neste processo e ser o último elo, o mais frágil nessa relação, acaba por ser colocado como principal responsável por lacunas no processo educacional.

Com o objetivo de diversificar as estratégias de ensino e melhorar a aprendizagem dos alunos com rendimento insatisfatório para a série em que estavam matriculados, as escolas investiram, principalmente, em projetos de correção de fluxo e atividades no contraturno.

O motivo principal que levou a comunidade da escola “A” a propor novos espaços de aprendizagem é considerado um problema recorrente e de difícil resolução – a reprovação: “[...] esse foi o problema mais difícil e é problema até hoje, porque provoca a distorção idade/série, e essa reprovação ela ainda esta muito arraigada na escola, não tem como... a gente tenta diminuir o índice, mas acaba que é difícil” (Colaboradora 7).

Ainda, segundo a colaboradora 7, foi possível observar que, para minimizar a problemática da distorção a escola, “A” realizou a reclassificação com aqueles alunos que sinalizavam potencial para cursar o ano seguinte, assim foi realizado um trabalho com atividades de reforço no contraturno.

Pode-se afirmar que a escola “A”, em sua proposta de trabalho, apreendeu a necessidade de ressignificar os espaços escolares e o tempo pedagógico dedicado aos alunos.

Com o objetivo estratégico de melhorar o ensino-aprendizagem dos alunos em todas as disciplinas, a escola “B” desenvolveu projetos de correção e de aprendizagem e adquiriu materiais pedagógicos diversificados e adequados às necessidades dos alunos.

A escola investiu em várias ações para melhorar o ensino-aprendizagem, porém, o principal foco de sua ação foi o de elaborar e desenvolver projeto de correção de fluxo, pois este era, no contexto da prática, a estratégia potencial de elevação do Ideb da escola.

A justificativa da distorção idade/série, na visão das colaboradoras, está associada a alunos especiais. “[...] E também essa questão da reprovação de alunos nos segundos anos, a gente percebeu que são alunos com necessidades especiais” (Colaboradora 1). Esse pensamento também está presente na fala da Colaboradora 6, quando afirma que: “O problema distorção idade/série foi [Corrigido] com a correção de fluxo, porque no segundo ano tinha muitos alunos especiais que estavam reprovando há vários anos, então foi feita a correção de fluxo”(Colaboradora 6).

No que se refere à distorção idade/série, a equipe escolar elaborou um projeto de correção de fluxo que, segundo a gestora, “[...] veio assim fazer a diferença mesmo, e esse, acredito que tenha sido isso a diferença que fez o Ideb da gente aumentar” (Colaboradora 1).

Ela relata que a ideia do projeto de correção de fluxo surgiu juntamente com o estudo do PDE Escola, do qual emergiu o entendimento de que a defasagem de

idade/série é um dos itens que contribui para o déficit do Ideb. A gestora afirma ter consciência de que esse índice é apenas uma medida que não reflete a qualidade de ensino, pois segundo a mesma, qualidade de ensino ultrapassa a questão numérica estipulada nas novas políticas educacionais.

Relatados os problemas enfrentados pelas escolas e com base nos dados coletados, foram selecionados os seguintes indicadores de mudança da prática pedagógica: a redução da defasagem idade/série e, portanto, a queda do índice de reprovação, possibilitando a melhoria do Ideb; olhar diferenciado para com os alunos que tem dificuldades de aprendizagem; organização do trabalho na sala de aula em pequenos grupos; adaptação do conteúdo; atividades desenvolvidas com equipe multidisciplinar; aquisição de materiais pedagógicos; fortalecimento da equipe escolar/ autonomia; monitoramento do desenvolvimento das aprendizagens dos alunos.

Os dados revelam números significativos quanto aos propostos pela política do PDE Escola, no que se refere ao combate à repetência e evasão. Nesse sentido, pode-se afirmar que uma das mudanças nas práticas pedagógicas tanto da escola “A” quanto da escola “B” foi no sentido de repensar a progressão continuada como forma de garantir o sucesso e a permanência do aluno no ambiente escolar, possibilitando o combate à evasão e à distorção idade/série.

Após ouvir os atores educacionais sobre a experiência de consolidação do PDE, Escola e verificada as mudanças quanto às práticas pedagógicas estruturou-se um quadro comparativo dos resultados da Prova Brasil antes e pós-materialização do plano estratégico do PDE Escola, buscando compreender se o desempenho escolar foi melhorado com tal política.

Estudiosos que integram a comissão técnica do Todos Pela Educação, organismo da sociedade civil, definiram os níveis de aprendizado esperado ao final dos ciclos. Para tanto, levou-se em consideração o desempenho médio dos países que compõem a OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico). Para a 4ª série (5º ano), em Matemática, a pontuação mínima almejada deveria ser de 225 e 200 em Língua Portuguesa, ou seja, nível 5 e nível 4 da escala SAEB (O Sistema de Avaliação da Educação Básica).

O desempenho, em Matemática, dos estudantes, da escola “A”, no período de 2005 a 2011, esteve em ascensão, saindo do nível 3 para o nível 4.

Quanto ao desempenho de Língua Portuguesa, esse obteve oscilações nos anos avaliados. No ano de 2005, a escola estava na escala do Saeb no nível 3; no ano seguinte da avaliação, caiu para o nível 2, superando este índice em 2009 e indo para a escala 4. Finalmente, no ano de 2011, volta para o nível inicial atingido no ano de 2005.

Em Matemática, o desempenho dos alunos da escola “B” esteve em ascensão de 2005 a 2009, passando do nível 2, em 2005, do nível 3, em 2007 e, nível 4, em 2009 e 2011, não atingindo, portanto, o nível de aprendizagem desejado para alunos de 4ª série/5ºano, ou seja, nível 5.

Quanto ao resultado de desempenho em Língua Portuguesa, os dados apresentam uma ascensão em todos os anos estudados, porém a escola não atingiu a escala considerada como adequada para alunos da 4ª série/5º ano, ou seja, pontuação 200. Nos dois primeiros anos da avaliação, o nível de aprendizagem dos estudantes permaneceu no nível 2 e, nos dois últimos anos, no nível 3.

O Ideb da escola “A”, no ano de 2011, atingiu o índice de 5,7 e estava a 0,5 (cinco décimos) do esperado para 2021. A escola “B” também partiu de uma condição adversa quanto ao Ideb, mas, em 2011, conquistou um índice de 5,2, faltando 0,6 para chegar ao índice programado para 2021, o que comprova que a ferramenta proposta pelo FUNDESCOLA alcançou seu propósito, o de implantar, no meio escolar, mesmo que de forma sutil, os princípios gerenciais. Os dados denotam que as ações executadas no âmbito escolar foram eficazes para a melhoria da qualidade da educação, conforme os critérios estabelecidos pelo MEC.

Não se pode afirmar que as ações desenvolvidas pelo plano estratégico do PDE Escola tenham influenciado na melhoria do desempenho dos estudantes, mesmo porque, como foi relatado anteriormente, as ações tiveram como foco alunos ainda em processo de alfabetização, bem como alunos da inclusão.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstraram que as ações desenvolvidas a partir do PDE Escola são projetos emergenciais para correção de fluxo com vista à melhoria do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) fundamentados nos princípios do Estado Regulador e Avaliador, para o qual qualidade é sinônimo de permanência dos estudantes no espaço escolar e alta performance nas avaliações.

Constatou-se que, nas duas escolas observadas, as dificuldades que impediam o processo de qualidade de ensino estavam relacionadas às dificuldades de aprendizagem, à distorção idade/série e à inclusão de alunos portadores de necessidades especiais.

Na tentativa de minimizar essas problemáticas, é implantada nas escolas a proposta de elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola como modelo de gestão para atingir os objetivos de uma qualidade de ensino que zele pela aprendizagem dos alunos e estabeleça estratégias de recuperação para os alunos com menor rendimento.

Quanto aos impactos, nota-se, em primeira instância, a melhoria do Ideb, que ocorreu em ambas as escolas, que superaram marcas projetadas, estando próximos aos índices de países de primeiro mundo, média seis (6).

Os dados denotam que as ações executadas no âmbito escolar foram eficazes para a melhoria da qualidade da educação, conforme os critérios estabelecidos pelo MEC.

Assinala-se, porém, que essa qualidade, proposta pelas novas políticas educacionais, se distancia da concepção de educação, como prática social, que auxilia na formação do ser humano integral capaz de refletir, contestar e transformar a realidade em que está inserido.

## REFERÊNCIAS

AMARAL SOBRINHO, José; XAVIER, Antonio Carlos da Ressurreição. **Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola**: aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz. 2. ed. Brasília: FUNDESCOLA, 1999.

BALL, Stephen. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. (cap.II) In: **Education reform: a critical and post-structural approach**. Great Britain, Open University, p.14-27, 1994 Tradução não publicada.

———. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, Jul/Dez 2001.

———. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, 2002, v. 15, n. 2, p. 03-23.

———. Performatividade, privatização e o pós Estado. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.

———. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.35, n. 126, p.539-564, set./dez. 2005.

———. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, BALL Stephen; MAINARDES, Jefferson. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 21-53.

BOWE, Richard; BALL, Stephen; GOLD, Ane. **Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)>. Acesso em: 5 jan. 2013.

———. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr.2007.

———. Ministério da Educação. **Plano de desenvolvimento da Escola**: Breve histórico 2010. Disponível em: <<http://pdeescola.mec.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2012.

———. Ministério da Educação e Cultura. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. IDEB - Resultados e Metas. Brasília: 14 ago. 2012. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br>> Acesso em: 03 jan. 2013.

———. Projeto de Lei nº 8.035/2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. **Cadernos CEC 01/2011**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

----- . **Prova Brasil Avaliação do Rendimento Escolar/ 2011** - Ministério da Educação. Secretaria Executiva Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). 2011. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

----- . **Prova Brasil Avaliação do Rendimento Escolar: Avaliação do desempenho da sua escola na Prova Brasil, 2009**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Ministério da Educação. Brasil. <http://sistemasprovabrasil2.inep.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

FUNDESCOLA. Normas para o financiamento de projetos educacionais no âmbito do FUNDESCOLA/ Fundo de Fortalecimento da Escola, **FUNDESCOLA**, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE. Brasília: FUNDESCOLA. MEC/FNDE, 2000. 125 p. Disponível em: “<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000569.pdf>”. Acesso em: 28 jul. 2013.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.27, n.1, p.63-78, jan./abr. 2008.

----- . Políticas curriculares, Estado e regulação. **Educação & Sociedade**. vol.31, n.113, p. 1337-1354, out./dez., 2010.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas dos Santos; LEITE, Maria Cecília Lorrea Leite. Currículo, Gestão e Trabalho Docente. **Revista e-curriculum**. v.8, n.2, agosto 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Internacionalização das políticas educacionais e repercussões no funcionamento curricular e pedagógico das escolas. In: LIBÂNEO, José Carlos, SUANNO, Marilza Vanessa Rosa, LIMONTA, Sandra Valéria. (org.) **Qualidade na escola pública**: políticas educacionais, didática e formação de professores. Goiânia: Ceped Publicações; Gráfica e Editora América: Kelps, 2013.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Marcia dos Santos; TELLO, Cesar. Análise de políticas fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson. (Orgs.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011, p. 21-53.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre Justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**: Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan/abr. 2009.

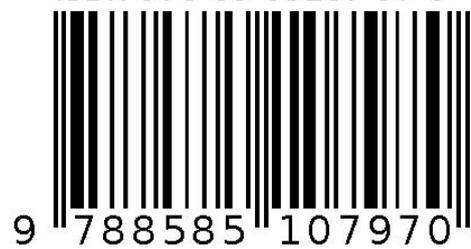
PPP. Projeto Político Pedagógico – Escola “A” Jataí: SME, 2012.

PPP. Projeto Político Pedagógico – Escola “B” Jataí: SME, 2012.

SHIROMA, Oto Eneida; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso Todos pela Educação: in: In: BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson. (Orgs.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011, p. 222-248.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-97-0



9 788585 107970